

Narrativas memoriais: o que a história nos conta sobre os Institutos Federais

Memorials narratives: what does the history tell us about the Federal Institutes?

Silvia Schiedeck

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
silvia.schiedeck@ifrs.edu.br

.....

Maria Cristina Caminha de Castilhos França

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
mcristina.franca@poa.ifrs.edu.br

Resumo

Durante o governo Lula, foram aprovadas políticas para a educação profissional que culminaram na criação dos Institutos Federais. Este artigo analisa as narrativas de dois sujeitos envolvidos nesta concepção e busca apoiar a história na reconstituição e reordenação dos acontecimentos deste passado recente. É uma pesquisa social de natureza qualitativa, que utiliza a metodologia etnográfica como fundamento para a produção e análise de dados, baseada na observação participante, diário de campo e em entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio e vídeo. A análise de dados emprega as teorias oriundas dos eixos temáticos que tratam sobre Educação Profissional e Tecnológica, memória social, discursos e narrativas, buscando as relações entre a fundamentação teórica e os dados produzidos/empíricos, esclarecendo e completando os espaços da dinâmica social histórica investigada. Neste artigo, analisaremos as narrativas memoriais de dois políticos: os professores Eliezer Pacheco e Cláudia Schiedeck Soares de Souza em relação ao aspecto da elitização da oferta de educação pelas universidades e a necessidade de ampliar a oferta do ensino médio integrado à sociedade. Na análise destes discursos, percebe-se que a transformação dos Cefets em Universidades Tecnológicas não conseguiria manter a oferta da educação de nível médio integrado ao ensino técnico. Frente à pressão social da época, surge o espaço para a concepção de uma nova institucionalidade que, para além da formação superior, também é, na atualidade, a maior oferta de ensino médio integrado à formação técnica do país.

Palavras-chave: Educação Profissional. Política Educacional. Etnografia. Memória.

Abstract

During President Lula's terms, the government approved some important policies for Professional Education in Brazil. This article will analyze the narratives of two subjects about this process and also will seek to support its history while restoring and reordering the events of this recent past. This research has a social and qualitative nature and uses the ethnographic methodology as basis for data production and analysis, grounded on participant observation, field diary and semi-structured interviews that were recorded in audio and video. Data analysis will use theories from different areas, such as vocational and technological education, social memory, discourses and narratives. It also will search for the relations between the theoretical framework and the produced/empirical data, clarifying and filling the blanks of the historical social dynamics at that moment. In this article, we analyzed the memory narratives of two politicians, Eliezer Pacheco and Cláudia Schiedeck Soares de Souza, both professors, regarding the elitism of the universities educational offer and the need of expanding the enrollments of High School and Technical Education (integrated education) to the society. Whilst analyzing these discourses, we could notice that the shift of Cefets into Technological Universities would not be able to keep the access for the secondary education integrated to the technical programs. Facing the social pressure at that time, it was possible to discuss and frame a new institutionality that nowadays accounts for the largest educational offer of High School/Technical programs in the country.

Key words: Professional Education. Educational Policy. Ethnography. Memory.

Introdução

As políticas públicas para a educação, no Brasil em particular, mas também globalmente falando, dependem sobremaneira da estrutura política que define cada período histórico analisado. Quando se aborda a educação profissional, esta subordinação é ainda maior. Vamos falar neste artigo da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei nº 11.892 de 29 dezembro de 2008. Para que esta lei pudesse ser promulgada, nossa história retrocede a 2003, início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula, eleito presidente como representante da classe trabalhadora, assumiu o governo no país com uma proposta política diametralmente oposta a dos governos que o antecederam, instituindo políticas desenvolvimentistas e com forte viés de inclusão social. Entre 2003 e 2004, emerge grande mobilização e recrudescimento da discussão para a retomada de uma educação destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica (MOURA, 2010).

Esta separação estava ratificada no texto da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que trazia em seu texto a marca da estrutura dual existente entre capital e trabalho. A ideologia da política neoliberal, que defende um estado mínimo na economia e com total liberdade de comércio para garantir o crescimento econômico e o

desenvolvimento social de um país, aplicada de 1995 a 2002 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) reforçou esta lógica quando tratou o Ensino Médio (EM) e a educação profissional em capítulos diferenciados (II e III respectivamente).

Os quatro pequenos artigos referentes à educação profissional expostos na LDB/96 foram regulamentados pelo Decreto nº 2.208/97, que excluiu a possibilidade do ensino médio integrado, indicando apenas as formas concomitante ou sequencial a este. Ao mesmo tempo, o governo federal negocia empréstimo com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para financiar esta reforma e dar seguimento ao projeto de privatização do Estado (MOURA, 2010).

Também no sentido de obrigar o fim do ensino médio integrado e a diminuição dos investimentos públicos na educação, ainda em 1997 é publicada a Portaria MEC nº 646, que reduziu em 50% as vagas do EM nas instituições federais de educação tecnológica, favorecendo diretamente o fortalecimento do mercado educacional privado.

Para reverter inicialmente este quadro, o governo Lula promulgou dois decretos que possibilitariam as futuras ações de expansão da Rede Federal: a Portaria MEC nº 2.736, em outubro de 2003, e o Decreto nº 5.154, em julho de 2004. A Portaria nº 2.736/2003, ao revogar a Portaria nº 646/97, já anunciava que “considerando a política de abertura e expansão da educação profissional com elevação da escolaridade” (BRASIL, 2003), estava permitida outra vez a abertura de novas vagas no ensino público federal.

Já a promulgação do Decreto nº 5.154/2004, que revogou o Decreto nº 2.208/97, possibilitou a aproximação do EM com a educação profissional, autorizando, também, a forma de ensino integrado. Este decreto, em que pese ter contribuído pouco para a efetivação de mudanças estruturais no sistema de educação naquele momento, tornou-se a referência pontual da “luta teórica em termos da pertinência político-pedagógica do ensino médio integrado à educação profissional” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 4).

As teorias da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) à época indicavam que somente a concepção de uma educação pautada no trabalho como princípio educativo, mesmo que não necessariamente profissionalizante, mas obrigatoriamente integrando trabalho, ciência e cultura, garantiria a todos o direito de acesso aos conceitos científicos, tecnológicos e históricos de produção, propiciando ao educando a possibilidade de diferentes escolhas e caminhos para a vida profissional (CIAVATTA; RAMOS; 2011).

E seria no EM que a integração com a profissionalização teria sua maior expressão, por meio da politécnica. Utilizando-nos da definição de Saviani (2003) para politécnica temos que esta “diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 2003, p.140). Assim, pressupõe-se que o trabalhador poderá possuir condições de compreender o caráter e a essência de diferentes atividades e não apenas esteja treinado para executar determinadas tarefas que se encaixem nas necessidades do mercado de trabalho.

Dessa maneira, propiciando uma gradativa generalização de formação geral a todos, independente da escolha profissional futura e disponibilizando ao educando as “modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes” (SAVIANI, 2007, p.161), seria possível concretizar um dos ideais para concepção de uma escola unitária em que a educação é percebida como direito de todos.

Os Institutos Federais ao se originarem de estruturas pré-existentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e das Escolas Técnicas vinculadas às universidades, aceitaram o desafio de

[...] derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana [...] Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e uma participação qualitativamente superior nele. (PACHECO, 2010, p.15)

Como um de seus principais objetivos, os Institutos Federais tiveram, por força de lei, que garantir o oferecimento de 50% de suas vagas para o ensino médio, priorizando a forma de oferta integrada. Segundo Ciavatta (2012), a defesa pela oferta de ensino médio integrado com a educação profissional busca assegurar a superação da dualidade educacional presente historicamente no Brasil, sustentada pela divisão entre a educação geral e a educação técnica.

Os Institutos Federais são, na opinião de Pacheco (2011), uma revolução na educação profissional, haja vista uma institucionalidade sem precedentes, nacional ou internacionalmente falando e com uma proposta de organização pedagógica verticalizada, desenvolvida desde a educação básica até a pós-graduação.

Entendendo a importância dessa institucionalidade na educação profissional e tecnológica brasileira, perguntamos a estes sujeitos envolvidos nesta criação: por que os Cefet não se transformaram em Universidades Tecnológicas e sim nos Institutos Federais? Quais as motivações políticas e teóricas envolvidos neste processo que mudou os rumos da EPT no país com a criação dos Institutos Federais? Que lembranças trazem destes momentos?

Assim, nos propusemos a investigar essas memórias por meio das narrativas de dois sujeitos envolvidos neste processo, para que estas não se percam nos caminhos do esquecimento. A produção e a análise de dados utilizou a metodologia etnográfica e técnicas específicas do método em questão, quais sejam a observação participante, o diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Como expressa Santos, “a memória é um dos valores mais prezados ao ser humano e sua preservação está vinculada à defesa da justiça e da liberdade” (SANTOS, 2003, p. 17-18).

Um recorte no contexto da EPT no momento da criação dos Institutos Federais

A proposta de campanha de governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, enfatizou a necessidade de que a educação é vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural do país, desenvolvendo sujeitos na direção de uma cidadania plena, internalizada e aplicada cotidianamente, interrompendo a condição de subalternidade da maioria do povo (CADERNO TEMÁTICO DO PROGRAMA DE GOVERNO, 2002).

No capítulo sobre “Uma Nova Política Educacional” do Programa de Governo de Lula, já era possível perceber um indicativo de que a educação profissional seria articulada com o EM, pois indicava a formulação de uma política específica que incluiria os jovens trabalhadores (UM BRASIL PARA TODOS, 2002). Assim, a democratização da oferta de vagas para a educação técnica no país começa a delinear-se por meio de um plano de expansão para a Rede Federal de Educação Tecnológica, e o Decreto nº 5.154/2004 foi o passo fundamental para que se pudesse avançar na consolidação de um ensino médio integrado com a formação profissional, fundamentado no trabalho, na ciência e na cultura, permitindo novamente que fossem desenvolvidos de forma articulada.

As instituições que poderiam representar este momento de afirmação para a modalidade de ensino integrado eram os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet). Porém, os primeiros Cefet são criados pela Lei nº 6.545/78 que transforma as Escolas Técnicas do Paraná, de Minas Gerais e Celso Suckow da Fonseca (Rio de Janeiro) nesta nova instituição. Neste momento, estas escolas foram autorizadas a ofertar, além do EM,

nível superior de graduação ministrando a Engenharia Industrial, os cursos de tecnólogos e as Licenciaturas voltadas para a formação de professores do ensino técnico e dos cursos de tecnólogos, além da extensão e da pós-graduação *lato sensu*. Deveriam, ainda, realizar pesquisas na área técnico industrial. Com o passar do tempo, essas instituições passaram a ministrar também a pós-graduação *stricto sensu* nos níveis mestrado e doutorado (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.17).

Segundo estes mesmos autores, esta transformação demonstra que o ensino superior nos Cefet é resultado de uma construção histórica e social, podendo ser interpretada como a extensão da dualidade da educação brasileira. É importante reconhecer que esses cursos cumpriram e cumprem uma função social na formação de profissionais, porém a questão fundamental está em perguntar que funções são essas e a que projeto de sociedade atendem (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Na esteira da separação obrigatória entre EM e educação profissional de nível técnico instituída pelo Decreto nº 2.208/97, este mesmo ato administrativo vincula a formação tecnológica como sendo o nível superior da educação profissional, indicando a necessidade do governo em elevar a escolaridade dos trabalhadores.

O que é possível depreender deste modelo é que “os cursos superiores de tecnologia passariam a exercer o papel dos antigos cursos técnicos de nível médio, enquanto o nível técnico cumpriria o papel de formar operários qualificados” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.17). A proposta neoliberal por trás desta regulamentação era criar caminhos alternativos às universidades pois

os cursos de formação de tecnólogos, além de aliviar a pressão sobre o nível superior, formariam profissionais de nível intermediário entre os engenheiros, voltados para as tarefas de concepção e planejamento, e os operários técnicos, voltados para as atividades de execução sob a base neofordista (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.18).

As demais Escolas Técnicas Federais do país receberam autorização para transformarem-se em Cefet, apenas em 1994 com a Lei nº 8.948 portanto, 16 anos após as primeiras mudanças. As instituições criadas a partir de 1994 estavam restritas ao ensino de nível superior de tecnologia e licenciatura, diferentemente das criadas em 1978 que também podiam atuar com pós-graduação *stricto sensu*. Na tentativa de buscar a equiparação entre estes dois grupos, surgiu um movimento interno nos Cefet para que estes se transformassem em Universidades Politécnicas ou Tecnológicas, ofertando ensino médio como concepção de educação para a formação humana integral e o ensino superior correspondendo ao aprofundamento do conhecimento científico e a formação profissional integral (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Apenas um Cefet conseguiu este intento: em outubro de 2005, após 7 anos de negociações, o Cefet Paraná consegue a aprovação da Lei nº 11.184 e transforma-se na Universidade Tecnológica do Paraná, com o objetivo de ministrar cursos superiores, de pós-graduação e técnicos, sendo estes prioritariamente integrados ao ensino médio e, ainda, educação continuada. Os outros dois Cefet criados em 78, Cefet Minas Geral e Cefet Rio de Janeiro, que também demandavam esforços para esta transformação, não conseguiram até o momento concretizar o propósito.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) o receio com esta transformação estaria no fato de que, com o passar do tempo, o ensino médio e técnico tenderia ao desvanecimento, haja vista a ênfase na atuação predominante das universidades na educação superior, no pós-graduação e na pesquisa tecnológica.

No intuito de abranger todas as modalidades envolvidas na educação profissional, em 29 de dezembro de 2008 é promulgada a Lei nº 11.892, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino e instituindo oficialmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Frutos de um projeto progressista do governo Lula, que entendia a educação como transformadora da sociedade, a implantação dos Institutos Federais somou-se à expansão da rede federal que estava em curso no país, associados à ampliação da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, à política de apoio ao aumento do número de mestres e doutores para os profissionais da rede, e ao aumento da escolaridade, item que inclui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, o Proeja (PACHECO, 2011).

As informações apresentadas mostram uma fração da história documentada da educação profissional no país. Sabe-se, entretanto que, para além das leis, decretos e demais documentos oficiais aqui referidos e outros tantos deixados de lado em função do limite estabelecido por esta investigação, podemos encontrar a própria narrativa dos sujeitos que estiveram envolvidos historicamente nestes processo, preenchendo as lacunas que aparecem quando analisamos a própria história documental.

Quando lembramos o passado narrando os eventos vividos, como seres humanos podemos enfrentar nossa finitude, nos afirmando enquanto seres sociais na história. Neste cenário, o esquecimento é mais presente, quanto mais distante no tempo se encontra o fato narrado. A fidelidade dos fatos é suscetível a enganos e personalizações, pois são reinterpretados a cada lembrança dos agentes envolvidos nessa memória coletiva (HALBWACHS, 1990).

Uma história narrada compreende, a cada lembrança revelada, episódios sucessivos emergindo do que Ricoeur (2012) chama de pano de fundo, ou seja, várias histórias interligadas e justapostas. Estas memórias, representadas na própria inevitabilidade de serem narradas como prática social em torno da constituição de uma memória coletiva, enraíza a identidade de um grupo na trama simbólica da cultura. Para Paul Ricoeur “contamos histórias porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser narradas” (RICOEUR, 2012, p. 309).

Com estes pensamentos em mente, iniciamos o desafio de identificar alguns dos sujeitos envolvidos na concepção e aprovação das políticas educacionais que culminaram na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No registro de suas narrativas memoriais e representações, pretendemos apoiar a história na reconstituição e reordenação dos acontecimentos desse passado recente.

Percurso metodológico

Este trabalho em função de seu objeto de estudo – a memória narrada da EPT no período inicial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva – é definido como pesquisa social e, por esta delimitação, de natureza qualitativa. Envolve duas etapas distintas, porém entendidas como ciclos que se complementam: a primeira fase, caracterizada como exploratória e dedicada à delimitação do campo de investigação, revisão bibliográfica e definição do referencial teórico. A segunda etapa abrangendo o trabalho de campo com produção e análise de dados, elaborando o espaço relacional entre teoria e a significação das memórias dos atores sociais investigados.

Para alicerçar o estudo sobre as políticas educacionais que conceberam os Institutos Federais, por ocasião da estruturação e promulgação da Lei nº 11.892/2008, utilizamos prioritariamente os teóricos Dermeval Saviani, Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto e Marise Ramos, que são referências na estruturação das bases conceituais da EPT no Brasil. Esta investigação foi

complementada com a análise documental por meio da legislação promulgada sobre a EPT, no período delimitado entre 2004 e 2008.

Na etapa da produção e análise de dados, analisamos as narrativas de dois participantes ativos na construção da trajetória atual da EPT e tentamos complementar por meio de suas memórias, as lacunas que surgem quando observamos a história documental. Para sustentar teoricamente esta fase, serão usados como referência sobre memória social, coletiva e política, esquecimento, narrativa histórica e temporalidade, os escritos de Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur.

Estas narrativas produzidas foram entendidas nesta análise como fundamento da experiência humana, enfatizadas pela sua intencionalidade e mediadas pelas memórias reveladas, possibilitando a formação e transformação destes acontecimentos, continuamente (RICOEUR, 1994). Conforme as experiências são lembradas e relatadas, é possível reinterpretar, reavaliar, reconstruir e compartilhar essas realidades, socializando a trajetória desses sujeitos que fizeram e fazem parte da história da EPT.

As lembranças, embora aparentem ser uma reflexão pessoal, permanecem coletivas já que “trazemos sempre em nossa memória as pessoas, os espaços, as circunstâncias e nossa própria história que constroem aquela recordação” (HALBWACHS, 1990, p.26). Cada memória individual é uma parte da memória coletiva e, de acordo com este mesmo autor, esta parte muda “conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p 51). Desta maneira, compreende-se possível a reconstrução destes momentos.

Os momentos lembrados e relatados nas narrativas das experiências vividas, apoiam a elaboração, pelo discurso, da relação contraditória que existe entre o que é passado, presente ou futuro. É pela narrativa dos fatos da história de cada um que é possível antecipar o futuro ainda não dito sobre o passado, vivido no presente (RICOEUR, 2012). As narrativas memoriais permitem que se repassem traços dos acontecimentos passados, permitindo que este tempo “subsista e se imobilize” dentro de determinados grupos ou dentro da sociedade (HALBWACHS, 1990, p.89).

A produção de dados adotou o método etnográfico, comportando processos de interação por meio da observação participante, entrevistas semiestruturadas e produção de áudio e vídeo. Em relação à observação participante, nos valem da definição apresentada por Rocha e Eckert (2013) sobre etnografia da duração em que procura compreender a vocação dos sujeitos pensantes que, pela narrativa de suas memórias, reduplicam o mundo e transcendem o tempo revelando-se assim, “parte integrante (e integradora) dos estudos antropológicos da memória coletiva nas modernas cidades contemporâneas” (ROCHA; ECKERT, 2013 p.6).

A condução das entrevistas ocorreu com um roteiro semiestruturado, permitindo ao entrevistado desenvolver o tema como numa conversa informal. O método etnográfico é definido, para além da observação participante e das entrevistas, pela utilização da técnica do diário de campo, onde posteriormente às entrevistas

o pesquisador pode registrar suas impressões. Esta técnica oferece um espaço de escrita onde o investigador poderá organizar suas ações futuras, sua própria conduta e inclusive uma “avaliação das incorreções e imperfeições ocorridas no seu dia de trabalho de campo, dúvidas conceituais e de procedimento ético [...] numa constante vigilância epistemológica” (ECKERT; ROCHA, 2008, p.18).

A análise de dados para este artigo foi delimitada às narrativas de dois políticos: professor Eliezer Pacheco, secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - Setec/MEC, entre os anos de 2005 e 2012, e professora Cláudia Schiedeck Soares de Souza, professora federal do magistério superior desde 1997, diretora-geral do Cefet BG nos anos de 2007/2008 e reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, no período de 2008 a 2015.

Apropriando-nos da definição apresentada por Minayo (2002), de que o campo da pesquisa social deve estar para além do espaço temporal, sendo também determinado pelas pessoas que estavam presentes naquele contexto, na construção teórica do objeto de estudo “o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre o pesquisador e grupos pesquisados, propiciando a criação de novos conhecimentos” (MINAYO, 2002, p.54).

Este é o palco da história que nos propomos a explorar.

Que se revelem as narrativas...

Em outubro de 2005 o Cefet Paraná consegue sua almejada transformação em Universidade Tecnológica Federal do Paraná com a Lei nº 11.184. Neste momento, os Cefet de todo o Brasil defendiam sua conversão em universidades tecnológicas.

A professora Cláudia S. S. de Souza lança luz a este movimento de transformação dos Cefet quando narra que

na Serra, na região de maior desenvolvimento do Rio Grande do Sul não tinha uma faculdade federal, uma universidade federal. Então esse movimento era muito forte porque nós [do Cefet BG] ofertávamos só um curso superior que era de viticultura e enologia, que é tradicional do campus Bento Gonçalves. [E] que formou gerações de enólogos na nossa região durante 50 anos mas que não dava conta da demanda da Serra. [A região é também] polo metalmeccânico, a questão do próprio vestuário, a questão do turismo. Nós tínhamos vários pontos necessários de qualificação para, inclusive, a área de móveis também. Então essa demanda de cursos superiores era muito forte, não era só curso técnico. Eram cursos superiores numa região que era potencialmente desenvolvida e cujas famílias tinham que mandar seus filhos estudar em Porto Alegre ou em Santa Maria, ou então na Furg [Universidade Federal do Rio Grande], ou em Pelotas [que] tinha a UFPel também.

Esse único curso na serra referido pela professora é o de Tecnologia em Viticultura e Enologia. Conforme comenta Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) os cursos de tecnologia foram concebidos para “um sistema de carreiras curtas voltadas para áreas consideradas desatendidas pelos cursos de graduação”

(FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 17). Assim, o ensino superior que os Cefet ofereciam, na opinião desses autores, podia ser interpretado como a confirmação da dualidade da educação brasileira de nível superior com a formação de profissionais de nível intermediário.

Ressalte-se um detalhe interessante sobre a transformação da UTFPR no que diz respeito justamente à oferta de EM integrado à formação técnica: entre os anos de 2004 e 2005, ainda como Cefet, não houve entrada de alunos para esta modalidade, sendo ofertado apenas EM e cursos técnicos subsequentes. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2004-2008, a instituição afirmava que, em função da LDB não permitir mais a oferta de cursos técnicos integrados, a instituição redirecionou suas prioridades para a oferta de cursos superiores e de pós-graduação *stricto sensu* (UTFPR, [2006?]).

Entretanto, por força da sua lei de criação, quando da publicação do Relatório de Gestão 2005, ocorreu a aprovação de onze novos cursos técnicos integrados e dois cursos técnicos subsequentes (UTFPR, 2017). Porém, verificando as informações publicadas no sítio eletrônico da universidade, em 2017, a UTFPR ofertou apenas dois cursos integrados e seis subsequentes na modalidade EaD. Segundo Ciavatta (2012), a defesa pela oferta de ensino médio integrado com a educação profissional busca assegurar a superação da dualidade educacional presente historicamente no Brasil, tendo como sustentação a divisão da educação geral e a educação técnica. Essa realidade de fechamento de cursos técnicos integrados reforça a precarização de um ensino dual e fragmentado, corroborando com o imediatismo do mercado de trabalho.

Em relação a essa transformação, podemos identificar na narrativa do professor Eliezer Pacheco que

esse processo iniciou no governo anterior, do Fernando Henrique [Cardoso]. Mas foi concluído e sancionado no governo Lula já. A nossa primeira hipótese foi universidade tecnológica. Eu logo que assumi lá na Setec [2005], nós organizamos um grande seminário no auditório do MEC mesmo, sobre universidade tecnológica. Porque não tinha outra referência, [era] universidade ou escola técnica. Ficou universidade. Nós fomos ver a evolução da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, porque ela já vinha funcionando há algum tempo num processo de constituição legal. E vimos que eles foram migrando tudo para o ensino superior. E aí nos demos conta que essa referência da universidade no ensino superior é muito forte. E aí nós nos demos conta que se nós criássemos uma universidade tecnológica, em dez anos no máximo nós teríamos uma crise de ensino técnico no país. Não teria mais ensino técnico no ensino médio, pela evolução do Paraná. É por isso que a gente parte para criar uma outra institucionalidade e garantir lá no DNA dele as vagas 50% do ensino médio.

Este entendimento é reforçado pela fala da professora Cláudia quando diz que

havia um entendimento por parte do Ministério da Educação de que aquele movimento não era um movimento adequado em termos de instituição. Porque quando o Cefet Paraná se transformou em Universidade Tecnológica do Paraná, eles acabaram deixando de lado o ensino médio. E essa não era uma proposta que atendia às necessidades do Ministério da Educação, que entendia que as nossas

instituições tinham um forte enraizamento no ensino médio [e] que deveriam manter. E por isso, não é à toa, que a lei [Lei nº 11.892/2008] vem com percentuais bem definidos para cada modalidade.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) havia a necessidade de se discutir com profundidade as características e finalidades das universidades tecnológicas já que

o conhecimento tecnológico adquiriu uma especificidade e uma universalidade como “ciência produtiva” que justifique o desenvolvimento de pesquisas e a formação de pessoas sob princípios próprios, assim como a existência de instituições especializadas para este fim, parece-nos não somente apropriado, mas primordial antes de se tomarem decisões que reduzam uma questão de fundo à lógica administrativa, financeira ou de conveniência política (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.21)

Para a professora Cláudia, a discussão que se apresentava à época, era que

nós [Cefets] não [podíamos] perder a nossa raiz que é importante, que é o ensino médio integrado. [A mensagem vinda do MEC era que] se nós permitirmos que eles se transformem única e exclusivamente em universidade, eles perderão o que eles possuem de melhor na sua essência.

Portanto, se a opção era entre manter os Cefet, limitados ao oferecimento de ensino técnico, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, ou transformá-los em Universidades Tecnológicas, que acabariam por direcionar a oferta para ensino superior e pós-graduação, surge nessa lacuna a necessidade de uma nova institucionalidade que pudesse reunir todas estas especificidades educacionais. Principalmente porque havia solicitação para que o governo sinalizasse investimento na ampliação de matrículas para o EM com elevação de qualidade para evitar uma lacuna ainda maior entre ensino fundamental e superior (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Estava aberta a perspectiva para a criação dos Institutos Federais. Conforme narra o professor Eliezer

era preciso uma outra coisa, mas essa outra coisa não existia. Os institutos surgiram como algo da necessidade histórica daquele momento. Então nós precisávamos construir uma coisa nova, uma coisa que possibilitasse itinerários formativos em que o trabalhador, enfim o educando, se tivesse talento e vontade pudesse iniciar lá sua formação inicial e fazer a sua graduação, pós-graduação, doutorado. Coisa que na universidade clássica é quase impossível. Tem exceção que confirme a regra. Mas é muito difícil o trabalhador conseguir fazer esse itinerário da universidade.

Para Pacheco (2011), os Institutos Federais fizeram parte da execução de políticas públicas e inclusivas para a EPT, estimulando o Brasil a alcançar a soberania como país produtor de ciência e tecnologia. Eliezer Pacheco durante a entrevista afirma que a

soberania existe quando existe autonomia tecnológica. Então era necessário pensar em uma outra coisa, que rompesse com essa matriz universidade e escola técnica vinculada. Que é uma matriz que na verdade corresponde a hierarquia de classe na sociedade.

Universidade para as elites e escolas técnicas para os trabalhadores e filhos dos trabalhadores.

Em relação a esta divisão estrutural da educação, o governo Lula desde o início de seu mandato declarava que seria necessário romper com a postura estabelecida de retirar o ensino técnico da formação básica atendendo às necessidades do mercado de trabalho. As medidas neoliberais determinadas na gestão anterior que reforçavam “a ideia de duas redes, para acadêmicos e trabalhadores, aprofundando a divisão taylorista, que separa dirigentes de especialistas, [e] que corrobora a ruptura entre o teórico e o prático” (BRASIL, 2004, p.32) precisavam ser eliminadas.

Esta conduta é confirmada nas palavras de Pacheco (2011) quando explicita que o governo federal recusava-se a

formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista (PACHECO, 2011, p. 7).

Para este autor, o Governo Lula se reconhecia como agente político comprometido com um projeto democrático e popular, com a educação assumindo importância central na “construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social” (PACHECO, 2011, p.8), onde o cidadão possa se reconhecer e com autonomia decidir se quer ser um técnico, um filósofo, um escritor, ou mesmo todas estas opções. Usando as palavras de Pacheco (2011), os Institutos Federais são o melhor resultado das ações do governo federal ao longo de sua história e das políticas desenvolvidas para a educação profissional e tecnológica.

A narração do professor Eliezer nos conta que os Institutos Federais

foram constituídos através de um processo extremamente democrático. Nós incluímos neste projeto tudo aquilo que era sonho da Rede há muito tempo. Nós não deixamos nada fora. [Os Institutos Federais] são um retrato também do momento que o país vivia, de buscar um caminho próprio, de buscar independência, de não copiar um modelo estrangeiro. Os institutos são aquilo que o Paulo Freire chamava de inédito viável. É tu construir uma coisa nova. Não tem nada de surpreendente tu criar uma coisa nova. Pelo contrário, educação é isso, tem que estar criando coisas novas sempre.

Esses breves excertos das entrevistas com a professora Cláudia e o professor Eliezer nos indicam que a EPT, no momento em que o Governo Lula assumiu passava por profundos debates que exigiam a tomada de decisões, principalmente em função das promessas de campanha. E que a sociedade, a Rede Federal e o governo estavam comprometidos com a necessidade de mudança e a defesa de um ensino médio integrado à educação técnica.

Como não havia referencial institucional para fundamentar a iniciativa, foi necessária a criação de uma institucionalidade que conseguisse abrigar todas as propostas do governo, da Rede e da sociedade, desde a manutenção da oferta pública do ensino médio integrado até a possibilidade do educando continuar seus estudos pela graduação e pós-graduação, quiçá talvez um doutorado, iniciativa proposta na verticalização do ensino.

As ações foram muitas, mas os acertos e os erros somente poderão ser mensurados com o passar do tempo. Os Institutos Federais no ano de 2018 completaram 10 anos e sua missão desde o início se baseia na justiça social, na equidade, na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias, tendo em vista a essencialidade da educação profissional e tecnológica de contribuir para o progresso socioeconômico, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais (PACHECO, 2011).

Considerações finais

A elaboração deste artigo teve como propósito, pela própria natureza da análise de narrativas memoriais, lançar um pouco de luz sobre o episódio histórico relacionado com a EPT no Brasil, que foi a criação dos Institutos Federais. Ao utilizarmos as narrativas destes sujeitos que vivenciaram a origem dos Institutos Federais, podemos por dentro de suas próprias palavras, evidenciar seus pensamentos e lembranças dessa nova institucionalidade, para que não se silenciem suas perspectivas, perdidas no discurso do conservadorismo.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram idealizados, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como uma política capaz de emancipar o trabalhador e valorizar as relações humanas, contrapondo-se às concepções neoliberais vigentes até então. Nessa visão, a educação é apresentada como estratégica para realizar um projeto que buscava

não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (PACHECO, 2011, p. 8).

E é na análise das memórias coletivas dos processos e de seus sujeitos, que conseguimos constituir e formalizar esta história. Apesar do pensamento da elite dominante ter subsistido por séculos e ter ditado a condução das políticas educacionais brasileiras, a partir de 2003, com a presença de um governo progressista na mais alta esfera política, foram implementadas diversas medidas para se contrapor àquelas concepções. A legitimação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são exemplos disso.

Como também pretendemos uma educação que seja a ferramenta que possibilite ao homem a reflexão sobre o mundo e sobre si mesmo, buscamos do mesmo modo, como resultado, a sua consequente autoconsciência e inerente inserção na história, não apenas como agente passivo, mas como autor de sua narrativa singular e coletiva. Acreditamos sim, numa educação que respeite “no homem a sua ontológica vocação de ser sujeito” (FREIRE, 1967, p.36) como fenômeno de origem social e localizada no tempo e na história.

Esperamos com essas narrativas inspirar mais pesquisas sobre a memória desse processo que marcou o percurso da educação profissional brasileira e aspiramos que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tenham vida longa e muita história para contar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf. Acesso em: 22 abr. 2018.

CADERNO TEMÁTICO DO PROGRAMA DE GOVERNO. **Uma Escola do Tamanho do Brasil**. Coligação Lula Presidente. São Paulo: 2002. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraForm.do?select_action=&co_obra=25218. Acesso em: 20 nov. 2017.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Marise; RAMOS, Maria (orgs.). **Ensino Médio Integrado - Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 3ª ed., p.83-106, 2012.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. Brasília: Revista Retratos da Escola, v. 5, n.8, jan./jun., 2011. p. 27-41. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso em: 03 jun. 2018.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim e GUAZELLI, César Augusto Barcello (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, Série Graduação, p. 9-24, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Marise; RAMOS, Maria. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. Rio de Janeiro: Trabalho Necessário, 2005, v.3, n.3, p. 1-26. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4578>. Acesso em: 03 jun. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline e col. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneos: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, cap. 3, p. 58-79, 2010.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, Eliezer (organizador). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, p. 13-32, 2011.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa** (tomo 1). Campinas, SP: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Entre tempo e narrativa:** concordância/discordância. Belo Horizonte: Kriterion, n.125, jun. p.299-310, 2012.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **Etnografia da duração:** antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social.** São Paulo: Annablume, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politecnia.** *Trabalho, Educação e Saúde* [online]. Vol.1, n.1, p.131-152, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Acesso em: 20 set. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação:** fundamentos ontológicos e históricos. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, v. 12, n.34, jan./abr., p. 152-165, 2007.

UM BRASIL PARA TODOS. **Programa de Governo Lula.** Coligação Lula Presidente. São Paulo: 2002. Disponível em: <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/eleicoes2002.shl>. Acesso em: 20 nov. 2017.

UTFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2004-2008.** Curitiba: UTFPR, [2006?]. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional-1>. Acesso em: 02 jun. 2018.

UTFPR. **Relatório de Gestão 2005.** Curitiba: UTFPR, 2017. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2005-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 02 jun. 2018.

Submetido em 29/10/2019.
Aceito em 06/05/2019.

